

COP 30 Leadership Circles Guidelines

A construção de um Novo Pacto Climático:
Implementar com Justiça, Ética e Corresponsabilidade

PALAVRAS-CHAVE:

Governança climática global; Financiamento climático justo; Povos e comunidades tradicionais; Ética e corresponsabilidade; Implementação do Acordo de Paris.

1. Apresentação

A COP30 marca um ponto decisivo para o regime climático internacional e para o Brasil. Trinta e três anos após a Rio-92, o país volta a sediar a principal conferência sobre mudança do clima em um contexto crítico: apenas 111 dos 197 países entregaram suas novas NDCs¹ até o momento e o mundo assiste o avanço paulatino do aquecimento global, em detrimento dos acordos internacionais.

É neste cenário que o Brasil, na presidência da 30ª Conferência, propôs uma nova arquitetura de governança, orientada à ação e estruturada em quatro Círculos de Liderança — Círculo de Presidentes, Círculo de Ministros de Finanças para o Mapa do Caminho de Baku a Belém, Círculo de Povos e Círculo de Balanço Ético Global —, concebidos como espaços permanentes de convergência entre ciência, política, sociedade civil e setor privado, transformando a COP em um **processo contínuo de construção e implementação de soluções**.

O **Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil)** apresenta este *policy brief* como contribuição da sociedade civil à 30ª Conferência das Partes, resultado do **Ciclo de Debates Pré-COP30**, realizado entre junho e setembro de 2025. O processo envolveu a revisão do estado da arte sobre os quatro eixos temáticos, a elaboração de notas conceituais, a convocação de especialistas, a formação de painéis de debate e a sistematização das discussões, culminando na formulação de recomendações dirigidas a formuladores de políticas públicas.

Este documento resulta desse processo e se destina a tomadores de decisão nacionais e internacionais, apresentando recomendações aos Círculos da Presidência da COP30 em direção a um **Novo Pacto Climático**, pautado **pela implementação, pela justiça e pela integridade**. Parte do princípio de que **a efetivação do Acordo de Paris requer o fortalecimento das organizações sociais, o aprimoramento de instituições democráticas, a ampliação da participação cidadã, a coerência dos fluxos financeiros com os compromissos climáticos e a consolidação de uma ética global da corresponsabilidade**.

2. Círculos de lideranças

Os Círculos de Liderança foram concebidos como espaços permanentes de convergência entre ciência, política e sociedade, criados pela Presidência da COP30 para traduzir compromissos globais em ações concretas. Definidos em torno de quatro eixos, buscam superar o caráter episódico das conferências, ampliando a participação social e territorial, consolidando redes de cooperação e promovendo uma abordagem de implementação contínua e democrática para a agenda climática.

¹ **NDCs (Nationally Determined Contributions)** são os compromissos assumidos por cada país no Acordo de Paris para reduzir emissões e se adaptar às mudanças climáticas, revisados periodicamente para incorporar novas metas aos países.

CÍRCULO DE PRESIDENTES: GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Três décadas após a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o sistema multilateral enfrenta desafios de legitimidade, fragmentação e lentidão decisória. O Acordo de Paris, firmado em 2015 com base nos princípios de equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas, inaugurou um regime de metas voluntárias (NDCs) que buscava conjugar ambição e flexibilidade. No entanto, até a abertura da COP30, **apenas 41% dos países signatários tinham apresentado suas novas metas para 2035** e os compromissos submetidos permanecem insuficientes para conter o aquecimento global.

Esse cenário reflete os limites de um modelo de governança centrado na negociação entre Estados, sem vinculação com a implementação efetiva de ações. Assim, o Círculo de Presidentes tem como objetivos centrais **acelerar a implementação do Acordo de Paris e fortalecer o multilateralismo e a governança climática global**. A proposta é transitar de uma **COP de promessas para uma COP de entregas**, com mecanismos que garantam integridade, transparência e responsabilização. Dessa maneira, o debate realizado pelo IDS sobre essa temática destacou a urgência de um multilateralismo **orientado à implementação**, que articule governos nacionais, atores subnacionais, setor privado e sociedade civil em uma arquitetura cooperativa e descentralizada.

Principais desafios identificados:

Fragmentação institucional entre os mecanismos da UNFCCC e outras convenções ambientais, o que dificulta a coordenação de metas e compromissos.

Baixa responsabilização pelo descumprimento das NDCs, já que o Acordo de Paris adota mecanismos facilitadores, sem sanções.

Déficit de legitimidade democrática na governança global, com reduzida participação de povos indígenas, juventudes, mulheres e comunidades locais.

Desalinhamento entre os compromissos internacionais e as políticas nacionais, comprometendo a coerência da implementação.

Ausência de indicadores éticos e de transparência, capazes de traduzir a dimensão moral e intergeracional da crise climática.

Síntese

O fortalecimento da governança climática global depende de uma estrutura institucional que combine **transparência, equidade e descentralização**. Um novo pacto multilateral baseado na confiança, na ciência e na corresponsabilidade exige reconhecer que o enfrentamento da crise climática é um **projeto civilizatório compartilhado**, cujo sucesso depende tanto da cooperação entre Estados quanto da ação coordenada de sociedades, territórios e gerações.

CÍRCULO DE MINISTROS DE FINANÇAS PARA O MAPA DO CAMINHO DE BAKU A BELÉM: FINANCIAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA JUSTA

Nenhuma transição ecológica será possível sem uma transformação profunda na arquitetura do financiamento climático internacional. Desde a criação do Fundo Verde para o Clima (GCF) e dos mecanismos de implementação do Acordo de Paris, os fluxos de recursos têm permanecido concentrados nos países desenvolvidos e nos grandes intermediários financeiros, reproduzindo assimetrias históricas e barreiras de acesso.

Apesar dos avanços recentes, como a promessa de mobilizar US\$1,3 trilhão anuais até 2035 e a criação de instrumentos inovadores como a Plataforma BIP, o sistema financeiro global ainda carece de mecanismos de coerência e justiça. Os subsídios públicos aos combustíveis fósseis continuam a superar em mais de dez vezes o montante dos fundos destinados à adaptação e mitigação, enquanto povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais enfrentam entraves burocráticos e institucionais para acessar recursos.

Ao reunir especialistas, economistas, lideranças sociais e representantes de fundos multilaterais, o diálogo pré-COP promovido pelo IDS sobre financiamento para a transformação ecológica justa apontou para a urgência de reorientar o financiamento climático para uma lógica de reparação, inclusão e transição justa, que reconheça os diferentes papéis e vulnerabilidades dos países, territórios e populações. A COP30 deve consolidar uma nova ética financeira baseada em transparência, redistribuição e solidariedade.

Principais desafios:

Contradição estrutural entre o aumento do financiamento climático e a manutenção de subsídios a atividades que intensificam a crise, como petróleo, carvão e agronegócio intensivo.

Concentração dos fluxos financeiros em grandes bancos e fundos internacionais, sem capilaridade nos territórios e nas economias locais.

Baixa representatividade social e territorial nos mecanismos de governança dos fundos climáticos.

Risco de financeirização da agenda climática, com instrumentos que priorizam retornos econômicos em detrimento de resultados socioambientais.

Síntese

A transformação ecológica depende de tecnologia e investimento que alcance as populações locais por meio da redistribuição de poder e de recursos. Para que o financiamento cumpra seu papel nos acordos climáticos, é preciso superar a lógica da exclusão e da financeirização e substituí-la pela da justiça. A COP30 deve consolidar uma **agenda financeira orientada à vida**, em que cada dólar mobilizado contribua para restaurar ecossistemas, reduzir desigualdades e revalorizar comunidades e seus ativos.

CÍRCULO DE POVOS: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CENTRO

A crise climática é uma crise civilizatória. Ela expressa as injustiças históricas na apropriação dos recursos naturais, na distribuição dos riscos e na desigualdade de vulnerabilidades geográficas e étnicas. Os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e demais comunidades tradicionais estão entre os que **menos contribuíram para o aquecimento global e os que mais colaboram para sua mitigação** – protegendo ecossistemas essenciais para o equilíbrio climático do planeta –, mas são, ao mesmo tempo, **os que mais sofrem seus efeitos**.

O Círculo dos Povos propõe colocar **os povos e territórios no centro da ação climática global**, reconhecendo seus saberes, práticas e cosmologias como ciência, tecnologia social e estratégia de futuro. O debate promovido pelo IDS direcionado à este círculo destacou que **não há justiça climática sem justiça territorial e racial**. O combate à mudança do clima deve caminhar junto com a demarcação de terras, o fortalecimento da autonomia comunitária e o enfrentamento ao racismo ambiental e às violências de gênero.

Essa perspectiva amplia o escopo da transição ecológica para além das metas de mitigação e adaptação, introduzindo dimensões de **reparação histórica, redistribuição de poder e reconhecimento das diversas matrizes de conhecimento**. Ao reconhecer os povos como sujeitos políticos da transformação climática, a COP30 tem a oportunidade de colocar no centro do compromisso climático global uma agenda que una biodiversidade, cultura e direitos.

Principais desafios:

- Racismo ambiental e exclusão histórica** de povos e comunidades dos processos decisórios e das estruturas de governança climática.
- Desconhecimento institucional** dos saberes tradicionais como formas legítimas de ciência e tecnologia.
- Conflitos fundiários e territoriais** que inviabilizam a proteção de ecossistemas e de comunidades guardiãs da biodiversidade.
- Sub-representação de mulheres, juventudes e lideranças comunitárias** nos espaços formais da política climática.
- Ausência de instrumentos jurídicos e financeiros** adequados para garantir o acesso direto a fundos e projetos climáticos.

Síntese

Colocar os povos no centro é reconhecer que os territórios amazônicos e tradicionais não são fronteiras de exploração, mas matrizes de futuro. A agenda climática global deve superar a lógica colonial e instaurar o paradigma do cuidado, da reciprocidade e da reparação. Isso exige reconectar natureza e sociedade, economia e cultura, ciência e tradição. Ao adotar saberes territorializados e plurais sobre a transição ecológica, a COP30 deve reiterar a **centralidade da proteção dos povos para a proteção da vida**.

CÍRCULO DE BALANÇO ÉTICO GLOBAL: CHAMADO GLOBAL À AÇÃO CLIMÁTICA PELA ÉTICA

Desigualdades estruturais impactam as causas e efeitos das mudanças do clima: uma minoria concentra emissões e benefícios, enquanto populações vulnerabilizadas arcam com perdas e danos. Nesse contexto, a Presidência da COP30 propõe o Balanço Ético Global (BEG), iniciativa que recoloca valores como cuidado, responsabilidade, interdependência e justiça entre povos e espécies no centro da ação climática. O diálogo promovido pelo IDS, no âmbito do BEG, enfatizou a importância de alinhar metas e compromissos a mecanismos efetivos de responsabilização, promover a transição de um modelo de vida centrado no ser humano para uma ética da comunidade da vida e transformar a agenda climática em uma agenda do comum, capaz de recompor vínculos sociais e orientar decisões públicas e privadas. Implementar o que foi acordado, portanto, torna-se um imperativo ético de coerência política e moral.

Principais desafios:

- Déficit de implementação e de responsabilização ética**, com monitoramento frágil das metas climáticas e ausência de mecanismos coercitivos pelo descumprimento das NDCs.
- Persistência de valores e incentivos econômicos** que priorizam a acumulação material e mantêm a lógica de degradação ambiental.
- Risco de expansão de novos **modelos de colonialismo extrativista**, que perpetuam desigualdades históricas e estabelecem **zonas de sacrifício** no Sul Global.
- Baixa incorporação da ética do cuidado** nas políticas climáticas, especialmente em relação às populações mais vulnerabilizadas.
- Fragmentação do espaço público e enfraquecimento do debate democrático sobre **valores e responsabilidades compartilhadas**.
- Insuficiência da governança global para **transformar compromissos em ações efetivas** de mitigação e adaptação.
- Subvalorização da educação, da cultura e da ciência** como instrumentos de reconstrução ética e de formação cidadã para a sustentabilidade.

Síntese

O Balanço Ético Global reafirma que a ética orienta a ação: exige alinhar pensamento, discurso e prática. Essa mudança pressupõe substituir a lógica antropocêntrica pela interdependência com a natureza, com os pilares da educação, cultura e ciência, além de reorientar os incentivos econômicos, com precificação de externalidades, eliminação gradual dos combustíveis fósseis e restauração ecológica. É imperativo o compromisso das Partes na atualização das NDCs e na construção de um mapa global que conduza ao fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento. A transição deve promover o combate às desigualdades, vinculando investimentos para o desenvolvimento à proteção dos direitos humanos e à integridade dos territórios.

3. Recomendações

Círculo de Presidentes

1. Reformar o processo decisório das COPs, ampliando critérios de transparência e legitimidade na escolha e condução das presidências e criando mecanismos de responsabilização efetiva.
2. Criar um Conselho de Mudança do Clima nas Nações Unidas (ONU), com força e legitimidade, para avaliar periodicamente a integridade das NDCs e sua compatibilidade com os pressupostos do Acordo de Paris.
3. Fortalecer a governança em rede, integrando governos locais, cidades e regiões na execução dos compromissos climáticos.
4. Unificar os regimes globais de meio ambiente, promovendo a convergência entre as convenções de Clima, Biodiversidade e Desertificação, sob o marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
5. Criar uma Ouvidoria das Gerações Futuras, com poder consultivo, para monitorar a coerência ética das políticas climáticas e garantir a incorporação do princípio da equidade intergeracional.
6. Instituir uma Cúpula Global de Implementação Climática, voltada a acompanhar a execução das metas nacionais entre COPs, com participação de governos subnacionais e sociedade civil.
7. Fomentar redes de aprendizado entre pares e sistemas de dados abertos, que permitam a cooperação técnica e a troca de experiências sobre boas práticas de mitigação e adaptação.

Círculo de Ministros de Finanças para o Mapa do Caminho de Baku a Belém

- 1.** Reorientar o sistema financeiro internacional para interromper o fluxo de capitais destinados a atividades de alto impacto ambiental e social, garantindo coerência entre políticas econômicas e compromissos climáticos.

- 2.** Assegurar que o financiamento para adaptação climática seja majoritariamente por doação, reconhecendo que empréstimos ampliam a dívida dos países em desenvolvimento e reproduzem desigualdades estruturais, o que compromete o princípio da justiça climática.

- 3.** Criar mecanismos de acesso direto, flexíveis e participativos para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com apoio técnico e jurídico à gestão dos recursos.

- 4.** Democratizar a governança dos fundos climáticos, assegurando representação efetiva da sociedade civil, das juventudes e dos territórios na tomada de decisão.

- 5.** Revisar modelos de avaliação de risco, incorporando dimensões sociais, étnicas e territoriais e priorizando projetos de economia solidária, circular e regenerativa.

- 6.** Vincular o financiamento climático à justiça social, destinando os recursos à redução das desigualdades e ao fortalecimento de capacidades locais.

- 7.** Ampliar a transparência sobre fluxos financeiros e critérios de elegibilidade, com mecanismos de prestação de contas acessíveis à sociedade.

- 8.** Fomentar instrumentos financeiros inovadores, como fundos soberanos verdes, títulos de justiça climática e bancos comunitários de desenvolvimento sustentável.

- 9.** Orientar que os Planos Nacionais de Adaptação dos Países Parte estabeleçam uma política nacional de coerência climática, condicionando o acesso a crédito público e privado ao cumprimento de metas ambientais e sociais mensuráveis e verificáveis, alinhadas às trajetórias de desenvolvimento sustentável e resiliente.

- 10.** Incorporar o princípio da reparação histórica, reconhecendo que a dívida ecológica acumulada pelas economias do Norte Global deve ser traduzida em compromissos financeiros concretos com os países do Sul Global.

Círculo de Povos

1. Reconhecer oficialmente os saberes tradicionais como parte da ciência climática e da formulação de políticas públicas, promovendo paridade epistêmica nos processos da UNFCCC e do Painel do IPCC.
2. Integrar políticas climáticas, ambientais e territoriais, assegurando que a demarcação de terras indígenas e quilombolas seja tratada como ação climática prioritária e de mitigação direta.
3. Instituir mecanismos de financiamento direto e desburocratizado para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com salvaguardas específicas e autonomia na gestão dos recursos.
4. Criar indicadores interseccionais de monitoramento, que incorporem critérios de gênero, raça, idade e território na avaliação dos impactos das políticas climáticas.
5. Garantir assento permanente de representantes dos povos e comunidades tradicionais nos mecanismos nacionais e internacionais de governança climática, como o Comitê de Financiamento, o Fundo Verde e os fóruns de implementação.
6. Enfrentar o racismo ambiental por meio de instrumentos legais e políticas públicas integradas, reconhecendo a centralidade da justiça racial e de gênero na ação climática.
7. Institucionalizar a Cúpula dos Povos da Amazônia como espaço permanente de diálogo e monitoramento social das decisões multilaterais.
8. Fortalecer lideranças femininas e juventudes nos espaços de deliberação e negociação, garantindo formação, visibilidade e protagonismo.
9. Incorporar a ancestralidade afro-ameríndia e as cosmovisões originárias como fundamentos éticos de uma nova governança climática.

Círculo de Balanço Ético Global

1. Instituir mecanismos de responsabilização e transparência ética nas COPs, com regras claras de monitoramento, sanções e prestação de contas públicas sobre o cumprimento das NDCs.

2. Estabelecer uma coalizão internacional de Países Parte comprometida com a atualização antecipada das NDCs, garantindo metas mais ambiciosas e alinhadas ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme previsto no Acordo de Paris.

3. Definir um mapa global para eliminar combustíveis fósseis e desmatamento, com cronogramas, financiamento e cooperação tecnológica, inspirando-se em experiências como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

4. Condicionar decisões financeiras públicas e privadas a critérios éticos verificáveis e a monitoramento social contínuo, reorientando incentivos econômicos por meio da precificação de carbono, da revisão de subsídios e da adoção de critérios de crédito alinhados a limites ecológicos e à justiça social.

5. Vincular projetos de transição a salvaguardas socioambientais robustas, prevenindo projetos extrativistas no Sul Global em cadeias de minerais críticos e infraestrutura.

6. Adotar a ética do cuidado como princípio transversal das políticas climáticas, priorizando mulheres, populações negras, povos indígenas, imigrantes e refugiados, ribeirinhos, quilombolas e periferias.

7. Reforçar a agenda do comum com participação social, governança aberta e dados públicos auditáveis.

8. Integrar educação, cultura e ciência à ação climática: formação cidadã para sustentabilidade e redes de ensino e pesquisa voltadas a práticas regenerativas.

9. Consolidar a COP30 como COP da implementação, transformando princípios éticos em políticas, investimentos e comportamentos concretos em todas as escalas da sociedade.

4. Considerações finais

A COP30 será lembrada não apenas pelo que o Brasil fizer como país anfitrião, mas pelo que o mundo decidirá fazer diante da urgência climática: ou aprofundamos a cooperação para proteger as condições de vida no planeta ou perpetuamos um modelo que gera desigualdade e destruição e ameaça o próprio futuro da humanidade.

As diretrizes reunidas neste *policy brief* demonstram que a implementação efetiva do Acordo de Paris requer uma mudança de paradigma: da negociação para a ação, da competição para a solidariedade, do lucro para a ética. Essa transição só será possível se as quatro dimensões aqui apresentadas forem tratadas como complementares e interdependentes – governança global, financiamento justo, centralidade dos povos e responsabilidade ética.

Receber a COP30 na Amazônia é um marco político e simbólico. Significa reconhecer que as respostas à crise climática não virão apenas dos centros do poder, mas também dos territórios, das florestas, dos rios e das comunidades, que há séculos mantêm viva a relação cultural entre população e natureza.

Esperamos que as recomendações aqui apresentadas sirvam de subsídio técnico e ético para orientar as decisões dos negociadores e negociadoras em Belém, sede da 30ª Conferência das Partes, inspirando um novo ciclo de cooperação internacional baseado na corresponsabilidade, na equidade e na ética.

5. Ficha técnica

Realização: Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil)

Coordenação Geral: Carolina Riberti Mattar

Coordenação Técnica: Sylvia Bomtempo

Colaboração: Giovanna Rosseto, Marcos Woortmann


Ano: 2025



O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil) é um think tank socioambiental fundado em 2009 que integra democracia e sustentabilidade, entendendo que práticas sustentáveis fortalecem os valores democráticos e que sociedades democráticas são fundamentais para a sustentabilidade.

Mais informações em: <https://www.idsbrasil.org/>

6. Fontes

FONTE	LINK	QR CODE
1º Debate Preparatório para a COP30: Soluções para a governança climática global	https://www.youtube.com/watch?v=P6od70yA8dY	
2º Debate Preparatório para a COP30: Financiamento para a Transformação Ecológica Justa	https://www.youtube.com/watch?v=Cnpy150uMul	
3º Debate Preparatório para a COP30: Povos no Centro	https://www.youtube.com/watch?v=XGfzUf3EuJE	
4º Debate preparatório para a COP30: Ética Global	https://www.youtube.com/watch?v=cVtBv3A4cHw	